



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

UM OLHAR HISTÓRICO CRÍTICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

AMABELE RODRIGUES FREIRE MONTAVONI PEREIRA ¹
IRIS SUNSYARAY MENDES FELICIANO DE ANDRADE ²

RESUMO

O estudo traça uma crítica sobre o predomínio de ideias funcionalistas norte-americanas, durante a Guerra Fria, no Serviço Social brasileiro. Problematiza-se a influência de tais perspectivas na profissão que passa a exercer o chamado “Desenvolvimento de Comunidade”, no auge do modelo econômico Nacional Desenvolvimentista. A pesquisa parte da teoria dialética Marxista para compreensão da totalidade e das contradições na realidade, estabelecendo uma crítica relacionada a conjuntura política atual, aonde destaca-se o primeiro damismo no cenário vigente nacional, que implica no sucateamento dos serviços e direitos sociais, o que ameaça o regresso da prática de Desenvolvimento de comunidade.

1 Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

Palavras-chave: Desenvolvimento de Comunidade. Guerra Fria. Serviço Social Brasileiro. Primeiro Damismo.

ABSTRACT

The study traces a critique of the predominance of North American functionalist ideas, during the Cold War, in Brazilian Social Work. The influence of such perspectives on the profession that practices the so-called "Community Development" is problematized, at the height of the National Developmental Economic Model. The research starts from the Marxist dialectical theory to understand the totality and contradictions in reality, establishing a critique related to the current political situation, where the first ladyship stands out in the current national scenario, which implies the scrapping of services and social rights, which threatens the return of Community Development practice.

Keywords: Community Development. Cold War. Brazilian Social Work. First Ladyship.

1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento de Comunidade (DC) foi uma estratégia disseminada dentro do Serviço Social no pós-segunda guerra mundial. Visou a sistematização de técnicas, métodos e processos com o intuito de colaborar na reestruturação econômica, social e cultural das comunidades dos países centrais a fim de amenizar os impactos do pós-guerra. Dentro deste contexto, destaca-se os Estados Unidos, que objetivava ampliar a sua hegemonia sobre os demais Estados americanos, eis a chamada política do “pan-americanismo monroísta”. (CASTRO, 2000) Diferente do contexto europeu, os Estados Unidos (EUA) estava em uma posição favorável pós-segunda guerra. A Europa passava por problemas de diversas ordens necessitando importar produtos e alimentos. Paralelamente, os EUA ascendia economicamente e ampliava o seu poderio bélico, para tanto, atuava como um dos principais credores na reestruturação econômica dos principais países Europeus devastados pela guerra através de políticas e acordos como Bretton Woods ³ e Plano Marshall⁴.

De acordo com Castro (2000), se fortalecia cada vez mais a ideia de hegemonia, na qual só se alcançaria a estabilidade mundial por intermédio de uma potência hegemônica forte que conseguisse assumir a liderança em busca de resultados positivos a todos os estados desenvolvidos. É mediante este pensamento, que os EUA se valia na tentativa de expandir ao máximo seus valores e sua racionalidade a âmbito internacional. Contudo, pós-segunda guerra mundial, se levanta um grande oponente que ameaça de frente o poderio e influência estadunidense: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ambas as potências disputaram politicamente, tecnologicamente e culturalmente pós-segunda guerra mundial, e esta “competição” ficou marcada como Guerra Fria, assim caracterizada pelo fato de não ter embates diretos entre estas potências.

³Bretton Woods foi um encontro realizado em julho de 1944 que objetivava discutir a reestruturação econômicas dos países pós-guerras mundiais e Crise de 1929, e no estabelecimento de critérios para negociações comerciais e financeiras internacionalmente, aonde foi instituído o padrão dólar-ouro, o que criou um ambiente propício para que os EUA expandisse sua hegemonia como protagonista da recuperação mundial durante este período frágil (SIMON, 2010).

⁴O Plano Mashall consisti em uma ajuda financeira pelos EUA aos países europeus que foram destruídos e prejudicados pela guerra, visando a estabilização destes, além da expansão e integração destes países como consumidores de mercadorias norte-americanas, o que os assegurava sob o domínio capitalista estadunidense (SIMON, 2010).

A implicação desse cenário impactou de modo direto no Desenvolvimento de Comunidade (DC)⁵, pois diante de um quadro de caos e baixa econômica desenvolveu-se organismos multilaterais para auxílio à reparação das nações atingidas, primeiramente na Europa e a posteriori na América Latina, entre os anos de 1950 e 1960 (a fim de conter a ameaça comunista), é nesse momento que tem-se a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) sob a alegação de manter a paz e a integração internacional e intermediar a segurança a âmbito mundial (CASTRO, 2000). Para Simon (2010) quando assimilamos de forma crítica toda a historicidade do período pós-segunda guerra mundial, lê-se Guerra Fria, enxergamos as razões que viabilizaram a criação de organismos multilaterais como a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA), por exemplo. Do mesmo modo, apreendemos como o modelo capitalista de produção encabeçado pela área de influência norte-americana serviu como alicerce e horizonte para a consolidação dos mesmos através dessas organizações internacionais.

O Brasil durante este recorte histórico passava por um processo intenso de industrialização que focalizava atender as demandas do capital proveniente do exterior, acreditava-se que para combater o subdesenvolvimento era necessário desenvolver-se economicamente, destacando-se, nessa leva, o pensamento da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) que foi uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, criada em 1948, e que possuía como propósito maior intensificar o desenvolvimento econômico da América Latina a fim de romper com o subdesenvolvimento histórico da região. No entanto, procediam com essa concepção através da permanência da dualidade do produto e do capital, o que gerava um círculo vicioso de pobreza ainda maior (OLIVEIRA, 2003)⁶.

Esse posicionamento da CEPAL inviabilizaria quaisquer vitórias

5 A partir deste momento, a abreviação DC estará indicando o nome da prática de Desenvolvimento de Comunidade.

6 O chamado Nacional Desenvolvimentismo, perspectivado pela CEPAL, previa os seguintes pilares: o Estado como elemento central para o alcance dos avanços econômicos e consequentemente sociais; e cabia a esse a harmonização dos conflitos entre o capital e o trabalho, para tanto, há um incentivo às reformas trabalhistas e sociais. No campo econômico, tinha-se a substituição de importações e um apoio protetivo do Estado as indústrias locais bem como um incentivo por parte deste para com a industrialização e a produção nacionais. Aqui defendia-se a possibilidade superar as amarras do subdesenvolvimento a partir de posturas internas, uma burguesia nacional que se mostrava atuante e se colocava como autossuficiente para tanto (SUNSYARAY, 2020).

desenvolvimentistas. Uma vez que os fatores de subalternidade, atraso e dependência da região latina se gestam e se explicam no processo de constituição das mesmas, sendo, portanto, assim estrutural histórico e sistemático. A região desde que “descoberta” pelos países centrais fora fruto de toda sorte de rapina, assaltos e espoliação, servindo de “quintal” para os interesses estadunidenses e europeus nas suas buscas de incessantes lucros e terras (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010).

Assim, O DC difundido inicialmente e massivamente pela ONU como mecanismo de integração social por meio de técnicos que interveriam nas comunidades com a finalidade de promover o bem-estar social e potencializar as capacidades práticas da população para integrá-las a nação, expressando a ausência de uma compreensão sobre a questão social e suas múltiplas expressões, tratava-se de uma moralização individual fruto de um estrutural-funcionalismo norte-americano que não conseguia abarcar as diferentes formações sociais históricas dos países centrais e periféricos do continente.

Esse movimento se consubstancia mediante a falta de um conhecimento ontológico acerca do modo de produção capitalista. Tal problematização só entrará em vigor no Serviço Social brasileiro após o Movimento de Reconceituação da profissão, que trará um olhar mais crítico acerca da sua natureza profissional e da realidade a qual está inserida.

De acordo com Aguiar (1995), DC é o processo no qual o povo juntamente às autoridades governamentais “colaboram” para melhorar as condições econômicas, sociais e culturais da comunidade o qual estão inseridos. É um processo que visa a capacitação da comunidade para que ela própria dê conta de suas demandas, necessidades e objetivos. Um lógica que visa integra-la à vida nacional, sob a justificativa que contribuiria para o progresso do país. Mesmo, contraditoriamente, estando a serviço do desenvolvimento norte-americano, servindo como uma prática funcional do estado e do capital, totalmente acrítica. Tal condução teve fluidez no cenário por compor características similares as do vigente modelo econômico “desenvolvimentista”, propulsor das ideias de crescimento nacional, autossuficiência, governo intermediando relações classistas para um aparente bem estar, ótica

planada na modernização e eficiência doméstica (SUNSYARAY, 2020).

Castro (2000) divide o DC em duas grandes vertentes: histórica e norte-americana; e que apesar de origens distintas, elas convergem no sentido de sistematizarem um conjunto de técnicas e processos que serão organizados por organismos internacionais, sendo utilizadas, portanto, como estratégias políticas e econômicas que visam a dominação e influência dos países centrais nos países subdesenvolvidos.

Compreendemos que o DC é uma tendência ideopolítica hegemônica que se tornou “superada” no interior do Serviço Social brasileiro contemporâneo. Contudo, com a pandemia da COVID-2019 associada com a onda ultraconservadora e de obscurantismo político que devasta o cenário nacional, pudemos localizar ameaças, possibilidades e indícios de regressos correspondente a tal prática no fazer profissional. Nessa esteira, destacamos a ausência do reconhecimento de um diálogo crítico, bem como a retomada densa de discursos ideológicos provenientes (similares e coadunantes) às ideologias funcionalistas sobre DC, Organização de Comunidade (OC)⁷ e um *primeiro damismo*, na qual caracterizamos como uma tendência política que toma o lugar da assistência social quanto um direito histórico e político e esboça traços de um estrutural-funcionalismo e benevolência religiosa jamais superada dentro do Estado capitalista brasileiro, que desconhece e nega as fontes das produções e reproduções das questões sociais enraizadas na nossa sociedade. Segundo Yazbeck (2005) “o que se observa é que historicamente a atenção à pobreza pela Assistência Social pública vai se estruturando acoplada ao conjunto de iniciativas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil. ”

Tendo exposto o cerne da nossa problemática, bem como a justificativa teórica e ético política de realizá-la, se faz mister destacar que a pesquisa em tela está assentada no método materialista histórico-dialético, por este ser o melhor método, assim estamos convencidas, que nos permite explicar no plano do pensamento a realidade objetiva com uma maior integridade possível, chegando a

⁷Organização de Comunidade (OC), segundo o autor Aguiar (1995), referia-se ao processo pelo qual a própria comunidade procurava encontrar recursos internos e externos a fim de tratar e estimular novas atitudes que suprissem as necessidades e os objetivos de tal, desenvolvendo a confiança e práticas que fossem positivas para esta comunidade.

essência do fenômeno e desvelando o nosso objeto em um processo de aproximações sucessivas via mediações da totalidade (NETTO, 2011).

2 MUNDO BIPOLAR E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NA AMÉRICA-LATINA

Com o fim da segunda guerra mundial em 1945 e derrota da Alemanha nazista, o mundo encontrou-se bipolarizado. EUA e Rússia (que mais tarde denominou-se URSS) lutaram juntas no grupo dos Aliados a fim de derrotarem o totalitarismo de Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália. Esse grupo formado por Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética saiu vitorioso, com destaque a duas superpotências que se fortaleceram ainda mais nesse cenário de luta armada: EUA e URSS. Ambas decidiram duelar para conquista e influência de outras nações. Praticamente, dividiram o mundo em duas grandes áreas de influência: EUA, capitalista, ficou com o ocidente, e URSS, comunista, com o Leste. Este período de bipolarização mundial ficou conhecido como Guerra-Fria. Berlim ficou dividida entre partes francesa, britânica, norte-americana e soviética, tendo como principal símbolo da guerra fria a construção do Muro de Berlim. (MADE FOR MINDS, 2013).

As áreas cuja influências não estavam bem delimitadas, foram as áreas mais conflituosas que tiveram guerras de interesses entre as potências como forma de demonstração de poder bélico e ideológico, com isto, destaca-se algumas guerras indiretas entre EUA e URSS que marcaram o período de Guerra Fria, por exemplo, a Guerra do Vietnã, Guerra da Coreia, Revolução Chinesa, conflitos pela Ásia e África, além da Revolução Cubana, conflito este que fez com que os EUA implementasse diversas medidas a fim de evitar que ideias comunistas ou de cunho social fossem propagados por toda América Latina, assim como aconteceu com Cuba. Ressalta-se que EUA era uma democracia, diferentemente da URSS, logo, utilizar-se de um discurso eminentemente ideológico em prol do enfrentamento de uma possível “ameaça comunista” era a peça fundamental para que os governantes da época se mantivessem no poder (HOBSBAWN, 1997).

A Europa encontrava-se devastada pós-segunda-guerra, os EUA encontrou neste cenário uma oportunidade fértil para expandir sua hegemonia, e criou diversos acordos para que se tornasse uma grande potência, prova disto foi o acordo de Bretton Woods que impunha regras no sistema monetário internacional, instituindo o padrão-dólar-ouro, com o propósito de definir pontos em comuns que fossem auxiliar no reestabelecimento macroeconômico dos países destruídos pós-segunda guerra. Neste momento foi criado também o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – que posteriormente tornou-se o Banco Mundial. Ambos os órgãos causaram amarras econômicas a muitos países periféricos que recorreram a seu recurso financeiro, a FMI, inclusive, apoiou e financiou diversos regimes ditatoriais na América Latina (SIMON, 2010).

Outra política importante foi o Plano Marshall, baseou-se em uma estratégia para recuperação europeia proposta pelo economista John Keynes, posteriormente utilizada como base para o chamado “Estado de Bem-Estar Social”. O programa incluía também medidas que foram planejadas na Doutrina Truman, pelo presidente dos EUA da época, Harry S. Truman. Esse plano tinha como principal objetivo oferecer assistência financeira e técnica para que os países europeus se reestruturassem pós segunda guerra. Os EUA saía como credor internacional disponibilizando empréstimos a juros baixos a todos aqueles que adquirissem mercadorias norte-americanas e realizassem trocas comerciais com o mesmo. A Doutrina Truman, por sua vez, tratava-se de uma política externa norte-americana que visava conter o avanço de ideias e expansão do domínio socialista, em particular nos países que estavam mais frágeis economicamente, além de garantir o mercado europeu sob domínio dos EUA (SIMON, 2010).

Diante das políticas estadunidenses expostas que foram implementadas na época da guerra-fria, quando falamos sobre Serviço Social e DC neste recorte histórico, relaciona-se diretamente a hegemonia dos EUA sobre a América Latina. Importa apontar que as medidas de “ajuda” e impacto norte-americanas foram tomadas diante de um quadro de disputa econômica e social com a URSS, e, portanto, em um cenário de “temor” da instalação do sistema comunista a espectro mundial. Por conta disso, diversas medidas foram tomadas para evitar que outros países da

América Latina (haja vista a experiência cubana de Revolução Nacional, em 1959) tomassem os mesmos passos de Cuba. Assim, propagou-se ante o continente a distorção comunista que fora veiculado como um perigo, um inimigo em comum, o terror vermelho (NETTO, 2014).

Historicamente, durante o processo de Independência das Américas, Cuba foi uma das regiões que se manteve enquanto colônia espanhola. Contudo, na segunda metade do século XIX os cubanos lutaram por sua independência, e durante este processo, EUA interviu e lutou ao lado de Cuba contra os espanhóis na Guerra Hispano-Americana de 1898. Contudo, após essa vitória de “independência” Cubana, os EUA passou a ocupar Cuba. A Emenda Platt instaurada em 1901 pelo senador estadunidense Orville Platt permitia que os EUA intervisse unilateralmente em Cuba, além disto, foi construída a Prisão de Guantánamo e terras cubanas férteis foram reservadas aos norte-americanos segundo a Emenda. Grandes empresas americanas foram implementadas em território cubano (LOOSE; VENTURINI; HOLLER).

Enquanto os EUA fazia de Cuba o seu quintal, a população cubana passava por um intenso processo de miséria, com altos índices de analfabetismo. Tal processualidade, desencadeou um tremendo descontentamento dessa população ante ao domínio norte-americano. Nesse ínterim, Cuba passou por um processo de Revolução Nacionalista ⁸, comandada por Fidel Castro e Che Guevara. Assim, movimentos sociais e partidos políticos de cunho nacionalista começaram a se fortalecer das décadas de 1940 e 1950, não só em Cuba, mas por toda América Latina (LOOSE; VENTURINI; HOLLER).

Após rompimento de Cuba com os EUA, URSS observa uma oportunidade de aproximar-se de Cuba, oferecendo ajuda financeira e suporte militar, visto que EUA havia instaurado diversos embargos econômicos em Cuba após revolução nacionalista. URSS instaurou mísseis na região de Cuba, e este momento ficou

⁸A Revolução Nacionalista comandada por Fidel Castro e Che Guevara em 1959 em Cuba, tinha como objetivo principal comandar uma Revolução que negasse a presença norte-americana no país e sua hegemonia latino-americana, sendo uma revolução para o povo cubano e suas demandas, e não a mercê dos interesses estadunidenses, que mesmo após a revogação da Emenda Platt em 1934, devido a Política de Boa Vizinhança do presidente americano Roosevelt, continuavam interferindo no governo Cubano. (DOMINGOS, 2013).

conhecido como a Crise dos Mísseis, que foi o ápice da guerra fria, pois havia um medo eminente de um conflito nuclear entre URSS e EUA, que por sua vez, através da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) possuía bases de mísseis na Turquia estrategicamente perto da URSS (DOMINGOS, 2013).

Diante dos conflitos históricos expostos, faz-se importante ressaltar que durante esse momento, os EUA propagava uma lógica forte de dominação educacional, política, econômica e cultural, pois o pensamento recorrente era que quanto mais os países estivessem fragilizados, mais eles estariam expostos e inclinados a ideias de cunho socialistas e o receio maior por parte dessa potência era de que os demais países também passassem por uma revolução nacionalista similar a Cuba.

O DC neste caso foi de extrema importância dentro do objetivo de controle e domínio norte-americano sobre os países latinos. Destaca-se a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), vinculada a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), houve a influência direta dos EUA sobre a formação e prática profissional dos assistentes sociais, que na época, eram “projetados” como especialistas fundamentais para o alcance do desenvolvimento nos chamados países subdesenvolvidos. Acreditava-se assim, que quando o país conseguisse ampliar a sua economia, por meio de esforços dos seus agentes internos, suas problemáticas sociais seriam superadas (CASTRO, 2000).

O DC utilizado pelos assistentes sociais na época, que teve na década de 1950 o seu ápice na América Latina, individualizava as problemáticas sociais, transferia os problemas sociais para o indivíduo, através de uma perspectiva moralizante inspirada na corrente filosófica positivista estrutural-funcionalista norte-americana. Além disto, o DC prezava pela qualificação da mão de obra desses países subdesenvolvidos, como forma de estarem preparados para suprir possíveis necessidades do capital externo, demonstrando justamente essa subalternidade da América Latina em relação à hegemonia americana, contudo, não havia esta concepção crítica dialética marxista acerca da formação social dentro do modo de produção capitalista, assim como não havia o debate nem estudos sobre a categoria das questões sociais (CASTRO, 2000).

O que não era analisado e que encontrava-se implícito nessa relação América Latina e EUA, é que não há como superar o subdesenvolvimento sem combater o capitalismo. As propostas impostas pela CEPAL e ONU em prol do desenvolvimento econômico latino-americano possuíam reformas que tentavam amenizar os impactos das crises cíclicas no modo de produção capitalista, contudo, não conseguia proporcionar uma articulação política e econômica entre as classes sociais, permanecendo a dualidade existente entre produto e capital, o que gera um círculo vicioso da pobreza, pois nessas reformas não há o reconhecimento das peculiaridades e lacunas presentes na formação da sociedade latino-americana, visto que esses órgãos voltavam-se apenas por um padrão americano de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2003).

3 DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

A política de engajamento econômico brasileiro pós-guerra focou suas forças em defesa da industrialização como chave do progresso nacional. Havia uma forte ideia de que a industrialização seria o principal meio na busca pela superação da pobreza e do subdesenvolvimento, com um Estado interventor forte que aceita o capital estrangeiro, mas com bastante cautela. Através de uma teoria de conceito linear, acreditava-se que o subdesenvolvimento dos países da América Latina seria superado, e que era apenas uma questão de tempo para que esses países alcançassem o desenvolvimento pleno, e atingissem um processo de crescimento (AGUIAR,1995). A CEPAL desenvolve uma intervenção balizada na instrumentação teórica de teses que explicassem o porquê do atraso econômico dos países da América-Latina em relação aos países desenvolvidos e procurando uma saída endógena para suplantação de tal entrave. No Brasil, este pensamento Cepalino encontrava-se inserido nas discussões nacionais-desenvolvimentistas (PEREIRA, 2011).

Quando falamos sobre desenvolvimentismo no Brasil e o correlacionamos com o DC, faz-se mister destacar a influência norte-americana no Serviço Social nos

países latinos. Segundo Iamamoto (1985), o Congresso Interamericano de Serviço Social ocorrido em 1941 foi um grande marco. Houve um expressivo aumento de assistentes sociais trabalhando em áreas de assistência social devido a criação da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) em 1942, e do SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Quando foi fundado esse último, o parque industrial brasileiro estava voltando a ser estimulado, pois tínhamos acabado de passar pelos impactos da Crise de 1930⁹ e o período do Estado Novo de Vargas que “consolidou” a industrialização brasileira, contudo, devido a seu caráter autoritário, essa modernização industrial aconteceu de forma conservadora.

Nesse âmbito industrial varguista, a função do (da) assistente social era contribuir para que a força de trabalho brasileira se ajustasse às necessidades dos novos modos de produção capitalista, fazendo com que essa mão de obra seja psicossocialmente ajustada. O assistente social aqui tenta amenizar os antagonismos sociais com um discurso forte de um pensamento macro, da comunidade como um todo, com uma visão acrítica e aclassista acerca das contradições sociais no sistema capitalista. Enfatizavam que a sociedade era harmônica, e o que deveria ser feito era integrar esses “desajustados” e adapta-los à sociedade (IAMAMOTO, 1985).

Por mais que os assistentes sociais tenham crescido em termos quantitativos, de modo significativo durante o governo Vargas, é a partir do governo de Juscelino Kubitschek que esses profissionais terão um espaço fundamental aos projetos de desenvolvimento nacional, trabalhando na coordenação de serviço e obras sociais, e ainda sob um pensamento estrutural-funcionalista latente. A pobreza era vista sobre uma ótica negativa, um perigo eminente à democracia, e acreditava-se que através do DC iríamos superar o subdesenvolvimento.

Importa ressaltar que dentro deste contexto, ainda estávamos vivendo o período de guerra fria, logo, era uma das pautas prioritárias das Assembleias Gerais da ONU dialogar e pensar em assistências técnicas e financeiras que “ajudassem”

9A Crise de 1929, que também ficou reconhecida como Grande Depressão refere-se ao período de recessão econômica decorrente do colapso da Bolsa de Nova Iorque que impactou no capitalismo internacional no final da década de 1920. Esta crise teve como razões principais a superprodução e especulação financeira, assim como marcou o declínio do liberalismo econômico (NEVES, 2022a).

esses países latino-americanos com suas questões da pobreza, uma vez que havia um temor por parte da principal nação capitalista, de que esses países periféricos passassem por alguma revolução social. Nada era pensado por mera benevolência ou expectativas de igualar as desigualdades entre os países (tratava-se, portanto, ações imediatistas e paliativas), e sim uma estratégia política de controle norte-americano sobre tal, além de tentar, ainda que minimamente, compensar os déficits que eram provenientes deste sistema de exploração do capital e vender o modo de produção capitalista como o único que pudesse proporcionar desenvolvimento, bem estar e modernização (AGUIAR, 1995), daí a importância dos assistentes sociais nesse processo.

Vale salientar que após a vivência e ligação direta da profissão com os trabalhadores durante o processo de DC, os assistentes começaram a refletir e a compreender de modo crítico e dialético que eles trabalhavam para uma classe, e esta classe é a classe trabalhadora. As vivências nos processos de DC e Organização de Comunidade os fizeram perceber que as ideias que postulavam e a posição que adotavam até então divergiam da realidade, voltando-se a um movimento de repensar a prática profissional exercida até então. Sobre este ponto e período Amann (2003), o denomina de desenvolvimento de comunidade heterodoxo, visto que o desenvolvimento de comunidade que ela nomeia de ortodoxo ainda estava vinculado aos postulados funcionalistas norte-americanos, com uma perspectiva moralizadora, conservadora e tradicional.

O DC heterodoxo trabalhado por Amann (2003), emergiu através da vivência e do vínculo dos assistentes sociais junto à classe trabalhadora, nos anos sessenta, o Serviço Social encontra-se envolto nos movimentos sociais e populares, aprofunda-se o contato desses trabalhadores com as problemáticas dos trabalhadores urbanos e rurais. Nesse momento, há o levante das ideias de reformas de base e de teorias mais críticas trabalhando aspectos da dependência da região latina como o Ruy Mauro Marini e sobre a conscientização e a educação, ideias de Paulo Freire disseminadas que trabalhavam que só pela educação os indivíduos atingiriam compreensões a cerca de si próprios e da sociedade em questão. Começa a engatar um movimento, proveniente do Movimento de Educação

de Base pela alfabetização e letramento nacional, sem quaisquer pretensões de comprometer-se com projetos societários sob determinados tipos de estrutura social ou qualquer setor ou instituição que queira direcionar o povo. Trata-se de um movimento engajado com a população para um trabalho de mudança social e comprometimento com as classes trabalhadoras e pauperizadas. Nesse ínterim problematiza-se e compreende-se a existência da luta de classes, mediadas por relações de dominação determinadas, no seio nacional destronando antigas concepções de formação de uma unidade solidária.

Com o Golpe de Estado brasileiro em 1964¹⁰, os profissionais viam-se obrigados a refazer o seu cotidiano e práticas profissionais, visto que a realidade brasileira se distinguia do que era disseminado pela corrente positivista americana, já que a formação social histórica brasileira em relação aos EUA sempre foi em um contexto de subalternização, em uma situação inferior quase que imperialista. O regime civil militar e empresarial serviu para abafar esse movimento emergido na categoria profissional que só veio a ser “desatado” nos fins dos anos setenta com a chamada direção de intenção de ruptura (NETTO, 2005).

4 CONCLUSÃO

Em momentos de crise do capital, vemos o aprofundamento de mazelas e contradições decorrentes de sua estrutura. Devido a medidas a qual caracterizamos como necropolíticas¹¹ e a má gestão do controle governamental sob a pandemia do Coronavírus, observamos um regresso aos direitos sociais previstos na Constituição de 1988 e uma avalanche neoconservadora e protofascista que revela uma conjuntura de massificação da mercantilização dos recursos serviços e equipamentos sociais, o aumento desatino da privatização e o desmantelamento do

10O Golpe de 1964 versa sobre a articulação política realizada por civis e militares que, atrelados a grupos conservadores, deram início do período de Ditadura Militar no Brasil, que foi marcada por repressões, tortura, censura, execuções e ataques bombas cometidas por agentes do próprio governo nacional (NEVES, 2022b).

11Necropolítica é um conceito criado pelo teórico político, historiador e intelectual Achille Mbembe, em que baseia-se na teoria de Biopoder de Foucault para explicar o racismo de Estado instaurado nas sociedades contemporâneas que dita quem possui o direito de viver, e quem deve morrer, o que contribui para políticas de morte que ficam caracterizadas pelo termo necropolítica (IGNACIO, 2020).

mundo do trabalho nas formas de subemprego e informalidade.

Em se tratando do Serviço Social, mesmo considerando o processo de renovação da profissão no início da década de 1980, que perspectivou uma visão crítica e dialética acerca da realidade social, vislumbrando a totalidade concreta, o Serviço Social é constantemente assolado por uma gama de tendências, matrizes e posturas conservadoras e neoconservadoras. E isso se dá justamente porque assume um projeto profissional diversificado de um projeto societário global – que visa a propagação e manutenção do sistema produtivo do capital. O período pandêmico brasileiro mostrou um governo que retirou sua responsabilidade sobre as variadas expressões da questão social que foram aprofundadas justamente pela ausência de uma administração comprometida com os indicadores e aspectos sociais, com os direitos humanos.

O (A) assistente social, profissional que segue na esteira de um projeto profissional perspectivado na viabilização dos direitos sociais, na efetivação e materialização de políticas públicas sociais comprometidas com a classe trabalhadora, em tempos pandêmicos viu-se desafiado em lutar e tensionar por condições dignas e éticas não só para o seu exercício profissional, como para a classe trabalhadora que depende dessas políticas. Esse contexto sucedeu em um quadro de ampliação da escassez, já existente, de recursos durante essa nova e intensa crise. O desmonte de políticas sociais, a mercantilização de serviços, a redução de renda, o aumento dos itens básicos para a sobrevivência somados ao pensamento ultraconservador e neoliberal do governo Bolsonaro comprometeu diretamente o trabalho dos e das assistentes sociais, tensionando ainda mais a relação entre o Projeto Ético-Político da profissão, que preza inegociavelmente pela emancipação humana, e do projeto societário vigente.

Atrelado a essas processualidades, assistimos estupefatos a forte retomada do *primeiro damismo* durante o governo atual. O *primeiro damismo* compreende a utilização das esposas de importantes políticos para condução na participação e desenvolvimento de projetos sociais. Há uma visão extremamente caritativa estimulada por preceitos cristãos; o principal “papel” dessas damas na verdade, é o de levar adiante os pensamentos e posturas políticas de seus maridos, chefes de

Estado. No Brasil, esse termo surgiu nos anos de 1930 com Darcy Vargas, então esposa do presidente Getúlio Vargas. Darcy levou a frente a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que foi a primeira instituição estatal de assistência social no Brasil, surgida sob o propósito de auxiliar as famílias mais pobres.

Hoje, 90 depois da “inauguração” dessa prática, ela é ainda permitida e ovacionada na sociedade brasileira pelos seus setores mais conservadores e reacionários. A lembrança conservadora tradicional não fica só na lembrança fica na condução política, na prática vigente. Um país que se renova conservando o que se há de pior, de mais vil e sujo, misturando público e privado, enfraquecendo políticas e projetos sociais sérios comprometidos com a “Questão Social”. É um cenário político que recoloca na mesa as práticas mais conservadoras e ultrapassadas possíveis quando o assunto é democracia, direitos sociais e política.

O Desenvolvimento de Comunidade na América-Latina foi uma fase do Serviço Social que teve seu ápice nos anos cinquenta, e que possuía em seu arcabouço teórico a corrente filosófica positivista estrutural-funcionalista norte-americana. Caracterizado também por um conjunto de técnicas sistematizadas por grandes organismos internacionais, como por exemplo, a ONU, OEA e UCISS, que fiscalizavam e impunham formas de como lidar com as problemáticas sociais e que acabava por individualizar as problemática, uma vez que não havia uma compreensão ontológica sobre a categoria das “Questão Social”. Os EUA utilizava-se de um discurso eminentemente ideológico proveniente da bipolarização mundial para ampliar sua hegemonia na América-Latina, encontrando no DC uma ferramenta indispensável para o alcance de seus objetivos. Essa lógica contribuiu para que os países subdesenvolvidos adotassem os valores norte-americanos e sujeitassem as demandas do capital estrangeiro, distanciando-se assim da grande “ameaça comunista” propagada pelos EUA.

No entanto, analisamos que, por mais que o Desenvolvimento de Comunidade seja uma fase já suplantada dentro do Serviço Social, o *primeiro damismo* existente na conjuntura brasileira atual atrelado ao desmonte de políticas sociais e regressos de direitos, surge como uma ameaça ao retorno de práticas como o DC, assim como “fere” precarizando ainda mais a prática do assistente social mediante o

sucateamento das políticas públicas, em especial no período recente da pandemia do Coronavírus; isto porque o grande problema do *primeiro damismo* vigente na conjuntura nacional atual, é que muitos projetos sociais engajados pela primeira-dama Michelle Bolsonaro não visam à diminuição das desigualdades sociais, e sim um viés filantrópico tradicional associado a preceitos religiosos e características esperadas do que é ser mulher dentro de uma sociedade patriarcal, e isto é um problema que impacta diretamente os profissionais de Serviço Social. Quando projetos e programas sociais ficam centrados na figura da primeira dama, atrelado apenas a gestão de determinado governo, acaba deslegitimando profissionais que atuam na promoção, avaliação e gerenciamento de políticas públicas, bem como direitos históricos concedidos sob muita labuta, organização, mobilizações, movimentos sociais empreendidos pelas classes trabalhadoras para o alcance daquilo que lhe é de direito na sociedade burguesa.

Nesse cenário, características presentes durante o período de DC podem se sobressair, como o pensamento de que a sociedade é um organismo homogêneo, passíveis de tratamento a nível comunitário, não compreendendo os determinantes sociais que envolvem e reproduzem essas questões sociais, como por exemplo, fatores raciais, sexuais/bináriogenerificados e territoriais.

Diante dessas assertivas, compreendemos que se faz imprescindível à categoria profissional de assistentes sociais na sua intervenção, o fortalecimento cabal ao Projeto Ético-Político da profissão, bem como o debate e problematização fecunda sobre as novas demandas societárias que surgiram ante o período pandêmico, no intuito de nos fortalecer enquanto profissão alicerçada ao pensamento crítico dialético que nos baliza desde os fins dos anos setenta.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Desafios de assistentes sociais aumentam diante do descontrole da pandemia no Brasil.** Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbratuacaoassistentesociaisnapandemia-458>. Acesso em: 25 ago. 2022.

AGUIAR, A. G. D. **Serviço Social e Filosofia das Origens a Araxá.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 67-109.

AMMANN, Safira Bezerra. **IDEOLOGIA do desenvolvimento de Comunidade no Brasil.** 10. ed. São Paulo: CORTEZ , 2003. p. 177-182.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 131-170.

DOMINGOS, C. S. M. **50 ANOS DA CRISE DOS MÍSSEIS: HORROR NUCLEAR EM TEMPOS PRESENTES.** *Historiae*, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 79-90, jan./2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95156/000913911.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 ago. 2022.

DW - MADE FOR MINDS. **A Divisão da Alemanha – de 1945 a 1989.** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-divis%C3%A3o-da-alemanha-de-1945-a-1989/a-958753>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Moldada ao primeiro-damismo, Michelle Bolsonaro desponta como trunfo.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/moldada-ao-primeiro-damismo-michelle-bolsonaro-desponta-como-trunfo.shtml>. Acesso em: 25 ago. 2022.

HERMÓGENES, Saviani Filho. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. Economia e Sociedade** [online]. 2013, v. 22, n. 3 [Acessado 31 Agosto 2022] , pp. 855-860. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300010>>. Epub 17 Jan 2014.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: SCHWARCZ LTDA, 1997. p. 178-201.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul De. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19. ed. São Paulo: Cortez, 1985. p. 235-306.

IGNACIO, Julia. **POLITIZE!. Necropolítica: explicamos o conceito de Achille Mbemb.** Disponível em: < <https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/>>.

Acesso em 26 ago. 2022.

MARTINS, T. L. R. **Retrocesso Social: a desconstrução da proteção dos direitos humanos no Brasil durante o governo Bolsonaro**: In: TESE DE CONCLUSÃO DE CURSO. ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES, USP, v. 1, n. 1, p. 1-47, out./2021. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/pt-br/celacc-tcc/1937/detalhe>. Acesso em: 25 ago. 2022.

NEVES, Daniel. UOL 2022a. **Crise de 1929**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/crise29.htm>. Acesso em: 29 ago. 2022.

NEVES, Daniel. UOL 2022b. **Golpe Militar de 1964 e o início da ditadura no Brasil**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm>. Acesso em: 29 ago. 2022.

NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco De. **Crítica a Razão Dualista: O ornitorrinco**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 20-72.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **SER Social**. Brasília, n.26, v.12, p.147-175.

LOOSE, Ana; VENTURINI, Andressa; HOLLER, Gabriel. A histórica retomada entre os Estados Unidos da América e Cuba. **14ª Semana Acadêmica da FADISMA**. Disponível em: <http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2018/01/a-historica-retomada-diplomatica-entre-os-estados-unidos-da-america-e-cuba.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PEREIRA, J. M. D. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 06, n. 09, p. 121-141, out./2011. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/223>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SILVA, L. dos S.; QUIROGA, A. M. **Mulheres em Cena: As novas roupagens do primeiro damismo na Assistência Social**. In: DISSERTAÇÃO DE MESTRADO-DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE

CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 2009. P. 155

SIMON, S. A. S. **De Bretton Woods ao plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952)**. Relações Internacionais do Mundo Atual, UNICURITIBA, v. 1, n. 09, p. 24-47, jun./2010. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/196#:~:text=A%20hip%C3%B3tese%20central%20que%20embasar%C3%A1,e%20conter%20o%20avan%C3%A7o%20sovi%C3%A9tico..> Acesso em: 25 ago. 2022.

SUNSYARAY, Iris. **O neodesenvolvimentismo no Brasil: um estudo sobre a sua gênese, ascensão e contradições (2006-2010)**. 2020. A553n. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa – PB, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A POBREZA E AS FORMAS HISTÓRICAS DE SEU ENFRENTAMENTO**. Revista de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, v. 9, n. 1, p. 1-10, set./2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321129117008>. Acesso em: 29 ago. 2022.

,